



Revisão do Plano Diretor Municipal de Cabedelo – PB

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

Etapa 4 – Institucionalização do PDM

Apresentação

Este relatório é parte integrante da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cabedelo – PB, referente ao Contrato nº 004/2023 firmado entre a Prefeitura Municipal de Cabedelo – PB e a URBTEC™ na data de 18 de janeiro de 2023, com Ordem de Serviço expedida em 07 de fevereiro de 2023.

Comissão Técnica Municipal

Portaria nº 3.707/2023

FLAVIO HENRIQUE DANTAS DA NÓBREGA | TITULAR
LIVIA LIRA PIRES DE ASSIS | SUPLENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMANUEL SARMENTO MARACAJÁ | TITULAR
ARMENIA NERY DE MIRANDA PINTO | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DO CONTROLE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

JEYZON HENDREW SOUSA DE FARIAS | TITULAR
MATHEUS ABRANTES CAVALCANTE AYRES | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, PESCA E AQUICULTURA

EDME QUEIROGA LIRA | TITULAR
CARMEN JULIETA VILARIM GOMES | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

RODRIGO MARTINES MOREIRA DE LIMA | TITULAR
WELLINGTON ARAÚJO OLIVEIRA | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

LEANDRO BORBA GOMES | TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL

PRETONIO SILVA PEREIRA | TITULAR
THIAGO RODRIGUES DIAS | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Grupo de Acompanhamento

EDLGEY BEZERRA DE CARVALHO
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

HANNE GABRIELLE DE ARRUDA OLIVEIRA
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

TALITA BALBINO
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

ADALBERTO JOSÉ ROSSI
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

AGUINALDO GONÇALVES DA SILVA
MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

ANDRÉA KARLA DA SILVA MIRANDA
COLETIVO CABEDELLO FORTE

DIEGO DA SILVA FRANÇA
COLETIVO CABEDELLO FORTE

KARINA PEREIRA SOUTO
COLETIVO CABEDELLO FORTE

EDILSON LIMEIRA
COLETIVO CABEDELLO FORTE

VALÉRIA VON BULDRING
CENTRO NÁUTICO JACARÉ

UBIRAJARA MARQUES DE ALMEIDA LIMA JUNIOR
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 21ª REGIÃO DA PARAÍBA

JULLIANA QUEIROGA DE LUCENA
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAÍBA

VALÉRIA CAMBOIM GOÉS
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

ILTON DA COSTA SOUZA FILHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

MARIETA CAMPOS REZENDE
FUNDAÇÃO FORTALEZA DE SANTA CATARINA

SEBASTIÃO FELINTRO
ASSOCIAÇÃO PORTAL DO POÇO

RUAN PONTES NAVARRO LIMA
GREENPEACE JOÃO PESSOA

ISAAC DA SILVA BARBOSA
SOCIEDADE DE AÇÃO COMUNITÁRIA DO JACARÉ

NIDIA MARIA LORENCATO PAZZINI
ASSOCIAÇÃO AMAZÔNIA PARK

ANA LÚCIA FRANÇA
ASSOCIAÇÃO GUAJIRU

SUENIO SOARES DO RAMOS
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RENASCER II

JOSÉ EDGLEI RAMALHO
ASSOCIAÇÃO FREI GREGÓRIO

NISELMA DO NASCIMENTO SANTOS
ASSOCIAÇÃO DE MÃES PAIS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

JANAINA CLEA CARVALHO CAVALCANTI
INSTITUTO SOCIAL ESPORTE E CIDADANIA SURF ESCOLA

FRANÇUALDO ALVES DA SILVA
COLETIVO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE - INTERMARES

Equipe Técnica Principal URBTEC™

GUSTAVO TANIGUCHI | COORDENADOR
M.e ENGENHEIRO CIVIL

MANOELA FAIGENBAUM FEIGES | COORDENADORA ADJUNTA
M.a ARQUITETA URBANISTA

DÉBORA PINTO FOLLADOR | COORDENADORA TÉCNICA
Dr.ª ARQUITETA URBANISTA

ALTAIR ROSA
Dr. ENGENHEIRO AMBIENTAL

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI
Esp. ADVOGADA

MARIANO MATOS MACEDO
Dr. ECONOMISTA

MAXIMO A. MIQUELES
Esp. ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

Equipe Técnica Complementar URBTEC™

ALCEU DAL BOSCO JUNIOR
M.e. ENGENHEIRO CIVIL

ARIADNE CRISTINA FERREIRA DE SOUZA
DESIGNER GRÁFICO E DE PRODUTO

ARTHUR RIPKA BARBOSA
GEÓGRAFO

AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA
Dr. GEÓGRAFO

CECÍLIA PAROLIM FERRAZ
ENGENHEIRA CARTÓGRAFA E AGRIMENSORA

GIOVANNA KAPASI TRAMUJAS
ARQUITETA URBANISTA

ILANA KRUCHELSKI
ARQUITETA URBANISTA

ISABELE DE SANTIS SOUZA
DESIGNER

LISSANDRA BALDISSERA
ARQUITETA URBANISTA

MARISTELA UEMA
ASSISTENTE SOCIAL

MATHEUS ROCHA CARNEIRO
JORNALISTA

OTAVIO SOCACHEWSKY
ARQUITETO URBANISTA

PAULO NASCIMENTO NETO
Dr. ARQUITETO URBANISTA

RENATO STALL FILHO
ARQUITETO URBANISTA

SÉRGIO LUIZ ZACARIAS
M.e JORNALISTA

TATIANA QUADROS ZARTH
ASSISTENTE SOCIAL

GABRIELA BORN
ESTAGIÁRIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

JÚLIA OLIVEIRA RODRIGUES
ESTAGIÁRIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

RICARDO LOPES
ESTAGIÁRIO DE LETRAS

Siglas e Abreviaturas

APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco de Desenvolvimento Interamericano
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo do Município de Cabedelo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DER/PB	Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
DTI	Destino Turístico Inteligente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
MTUR	Ministério do Turismo
ODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
PAI	Plano de Ação e Investimentos
PDM	Plano Diretor Municipal
PEUC	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

RCC	Resíduos de Construção e Demolição
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SECOS	Secretaria Municipal de Controle do Uso e Ocupação do Solo
SECOM	Secretaria Municipal de Comunicação
SECTIN	Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDEP	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Portos
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SEFIN	Secretaria Municipal de Finanças
SEINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEJUL	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer
SEMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMDEC	Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil
SEMOB	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
SEPA	Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura
SEPLAH	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
SEREC	Secretaria Municipal da Receita
SES	Secretaria Municipal de Saúde
SETRANS	Secretaria Municipal de Transportes
SETUR	Secretaria Municipal de Turismo
SPCD	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SSMDC	Secretaria de Segurança Municipal e Defesa da Cidadania
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Plano de Ação e Investimentos	13
2.1. Aspectos Socioespaciais	17
2.1.1. Uso e ocupação do solo	17
2.1.2. Estrutura fundiária e aspectos habitacionais	22
2.1.3. Saneamento básico	26
2.1.4. Equipamentos comunitários e sociais	30
2.1.5. Mobilidade urbana	38
2.2. Aspectos Ambientais	46
2.3. Aspectos Socioeconômicos	50

Índice de Quadros

Quadro 1 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 1)	17
Quadro 2 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 2)	20
Quadro 3 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 3)	21
Quadro 4 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 4)	22
Quadro 5 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 5)	25
Quadro 6 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Saneamento Básico (Diretriz 6)	26
Quadro 7 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais – Educação (Diretriz 7)	30
Quadro 8 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais – Saúde (Diretriz 8)	33
Quadro 9 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais – Assistência Social (Diretriz 9)	35
Quadro 10 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 10)	38
Quadro 11 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 11)	40
Quadro 12 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 12)	41
Quadro 13 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 13)	43
Quadro 14 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 14)	46
Quadro 15 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 15)	48
Quadro 16 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioeconômicos (Diretriz 16)	50

1. Introdução

O presente documento se trata do *Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos* da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cabedelo. Em conjunto com o *Produto 8 – Minutas dos Projetos de Lei* e o *Produto 9 – Planejamento da Estrutura Organizacional*, o Plano de Ação e Investimentos (PAI) consolida as propostas elaboradas de modo participativo na etapa anterior (*Etapa 3 – Definição e Pactuação das Diretrizes e Propostas*).

O PAI busca guiar a administração pública na implementação das ações para o atingimento dos princípios e objetivos do PDM de Cabedelo. Assim, ele estabelece o detalhamento e o aprimoramento das ações anteriormente propostas no *Produto 6 – Plano de Diretrizes e Propostas Consolidado*, como níveis de prioridade, prazos de execução, custos estimados e responsáveis. Para que seja efetivo, destaca-se que o PAI deve ser incorporado na definição das políticas públicas setoriais e nos instrumentos orçamentários do município.

O capítulo 2 deste documento descreve, primeiramente, os princípios e os componentes do PAI. Em seguida, apresentam-se os quadros das diretrizes, estratégias e ações propostas, com o detalhamento dessas últimas no formato de um plano de ação e investimentos.

2. Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) busca orientar a aplicação de recursos em ações a serem executadas pelo município nos próximos anos de implementação do Plano Diretor, contendo o detalhamento das ações que estruturam as diretrizes e as estratégias previstas na *Etapa 3 – Definição e Pactuação das Diretrizes e Propostas*.

No *Produto 6 – Plano de Diretrizes e Propostas Consolidado*, foram sugeridas as diretrizes (orientações gerais de caráter condutor do planejamento) para o desenvolvimento urbano de Cabedelo, baseadas na construção de cenários da realidade municipal. O encaminhamento dessas diretrizes se deu por meio da especificação de estratégias (que orientam o alcance das diretrizes) que, por sua vez, foram pormenorizadas em ações (atividades específicas a serem executadas para a viabilização das estratégias e diretrizes).

A partir desse conteúdo, então, o PAI detalha as ações propostas em critérios voltados para as suas execuções, definindo priorizações, previsões de investimento necessário, meios de acompanhamento e a programação temporal. Os critérios utilizados para o detalhamento das ações foram os seguintes:

- **Prioridade:** define se a ação é de média ou alta prioridade de implantação para cumprimento dos objetivos da revisão do Plano Diretor.
- **Prazo de execução:** tempo previsto para o início e execução da ação, conforme prioridades municipais, definido como curto prazo (em até 3 anos), médio prazo (entre 4 e 7 anos) ou longo prazo (entre 8 e 10 anos).
- **Localização:** local de implantação da ação (podendo ser o município todo ou local específico).
- **Custo estimado:** investimentos necessários para a execução da ação, quando aplicável.
- **Fontes de recursos:** possíveis fontes de recursos para a execução da ação, podendo ser recursos próprios municipais, de fundos, ou de outros entes.
- **Órgãos responsáveis:** secretarias da administração pública municipal executoras da ação; quando a ação envolve mais de uma secretaria ou outros entes parceiros, indica-se como “Principal” a secretaria responsável e coordenadora da ação, e como “Parceiros” os demais.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

- **Meta:** resultado da execução da ação que se deseja alcançar, expresso por uma quantidade e, quando aplicável, por unidade de tempo.
- **Indicadores de monitoramento:** medida utilizada para quantificar a execução da ação, para permitir seu monitoramento e auxiliar na tomada de decisões para o atingimento da meta.

Destaca-se que para esse detalhamento, as diretrizes, estratégias e ações anteriormente propostas foram também aprimoradas, em função de revisões técnicas e da incorporação de novas contribuições oriundas do processo participativo dessa revisão do Plano Diretor. Assim, o PAI representa a continuidade do trabalho coletivo empreendido na revisão, tendo em vista que as propostas apresentadas são resultado das leituras e proposições técnicas e comunitárias desenvolvidas nessa e nas etapas anteriores.

Além disso, as diretrizes para as quais as ações foram detalhadas correspondem a diferentes aspectos trabalhados ao longo da revisão (Regionais, Socioespaciais, Ambientais e Socioeconômicos) conforme metodologia estabelecida no *Produto 1 – Plano Executivo de Trabalho*. Lembra-se que as proposições relativas aos Aspectos Regionais foram, já no Produto 6, incorporadas nas diretrizes dos demais aspectos, pelo seu caráter intersetorial. Ademais, no caso dos Aspectos Socioespaciais, cada diretriz foi também especificada em temáticas mais particulares, para facilitar a identificação. Dessa forma, as diretrizes estabelecidas foram:

- **Aspectos Socioespaciais:**

- *Uso e ocupação do solo:*

- **Diretriz 1:** Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção à uma cidade compacta, conectada e policêntrica.
- **Diretriz 2:** Consolidar a atividade turística sustentável por meio de uma rede especializada de atividades que assuma o protagonismo exercido pelo patrimônio natural, histórico e cultural de Cabedelo para a estruturação do território.

- **Diretriz 3:** Equalizar as demandas logísticas advindas das atividades portuárias e industriais desenvolvidas no município, mitigando conflitos com demais usos urbanos.
- *Estrutura fundiária e aspectos habitacionais:*
 - **Diretriz 4:** Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional.
 - **Diretriz 5:** Garantir o adequado processo de parcelamento e ocupação do solo urbano por meio de processos efetivos e consistentes de licenciamento, monitoramento e fiscalização urbana.
- Saneamento Básico:
 - **Diretriz 6:** Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos).
- Equipamentos comunitários e sociais:
 - **Diretriz 7:** Garantir a qualificação da oferta e distribuição de equipamentos de educação em cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população.
 - **Diretriz 8:** Reduzir a taxa de mortalidade infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.
 - **Diretriz 9:** Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

— Mobilidade Urbana:

- **Diretriz 10:** Otimizar o uso da infraestrutura viária existente.
- **Diretriz 11:** Aumentar a atratividade do transporte público coletivo no município e sua utilização pela população.
- **Diretriz 12:** Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo.
- **Diretriz 13:** Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.

▪ Aspectos Ambientais:

- **Diretriz 14:** Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis.
- **Diretriz 15:** Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal.

▪ Aspectos Socioeconômicos:

- **Diretriz 16:** Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma a ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.

A seguir, apresentam-se os quadros do PAI para cada uma das diretrizes elencadas, com suas respectivas estratégias, bem como as ações detalhadas conforme os critérios descritos anteriormente.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

2.1. Aspectos Socioespaciais

2.1.1. Uso e ocupação do solo

Quadro 1 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 1)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO											
D1 DIRETRIZ 1 — Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção a uma cidade compacta, conectada e policêntrica											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E1.1 Fomentar o adensamento das áreas urbanas consolidadas com adequada infraestrutura, qualificando as áreas consolidadas precárias	A1.1.1 Implementar e monitorar a aplicação de instrumentos urbanísticos de indução ao desenvolvimento urbano para estimular a ocupação de vazios urbanos e o adensamento de áreas subutilizadas em compartimentos que já disponham de adequada infraestrutura urbana.	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEPLAH	— Consolidar a ocupação mista de alta densidade ao longo das áreas prioritárias de ocupação nos próximos 10 anos	— % de adensamento das áreas prioritárias de ocupação — % de vazios urbanos ocupados
	A1.1.2 Fomentar a ocupação mista e intensiva dos lotes em áreas prioritárias de ocupação, com a confluência de atividades de comércio, serviço e moradia em consonância aos coeficientes máximos permitidos, gerando vitalidade urbana e a oferta de serviços vicinais para os moradores do entorno, estimulando a redução dos deslocamentos cotidianos e a apropriação do espaço público pelos moradores.	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEPLAH	— Consolidar a ocupação mista de alta densidade ao longo das áreas prioritárias de ocupação nos próximos 10 anos	— % de adensamento das áreas prioritárias de ocupação — % de lotes com uso misto nas áreas prioritárias de ocupação
	A1.1.3 Restringir a expansão da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente sensíveis e áreas sem suficiente infraestrutura a partir de ações integradas de fiscalização urbana e de educação socioambiental, articuladas à instalação de equipamentos comunitários que estabeleçam limites espaciais para tais vetores de ocupação.	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEPLAH — SEMDEC	— Realização de duas ações extensiva de educação ambiental por ano — Estabelecer uma rotina frequente de ações de fiscalização urbana sob áreas ambientalmente frágeis com risco de ocupação em até 5 anos	— % de áreas ambiental sensíveis não ocupadas — % de áreas sem disponibilidade de infraestrutura sem ocupação urbana — Número de equipamentos comunitários instalados em áreas estratégicas

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D1 DIRETRIZ 1 — Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção a uma cidade compacta, conectada e policêntrica

ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A1.1.4 Implementar mecanismos de controle efetivo dos impactos de grandes empreendimentos, como o EIV, estabelecendo medidas mitigatórias e compensatórias para sua instalação e funcionamento.	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEPLAH	— EIV regulamentado em Cabedelo e efetivamente implementado em até 3 anos	— Legislação de regulamentação do EIV aprovada — Fluxo operacional estabelecido e em funcionamento — Controle das medidas compensatórias e mitigatórias estabelecidos para os empreendimentos
	A1.1.5 Desenvolver projetos técnicos específicos para quantificação das necessidades efetivas de expansão e instalação de redes de infraestrutura urbana mínima no município, de forma a delinear de forma precisa os recursos financeiros necessários e as fontes possíveis para sua consecução.	Alta				Todo o município	R\$ 500.000 (para contratação dos projetos técnicos)	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEPLAH	— Identificação precisa das necessidades de expansão e melhoria da infraestrutura urbana de Cabedelo em até 5 anos	— % de conclusão dos estudos e projetos técnicos de quantificação das necessidades de expansão e instalação de redes de infraestrutura urbana
	A1.1.6 Promover a qualificação urbanística e habitacional das comunidades tradicionais locais, garantindo sua adequada integração à rede urbana e criando condições de articulação às demais atividades turísticas locais	Alta				Comunidades tradicionais de Cabedelo	R\$ 1.500.000	— Recursos próprios, — Governo Federal — Governo Estadual	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SETUR — SEINFRA	— 1 comunidade tradicional com qualificação urbanística e habitacional concluída a cada 2 anos	— Percentual da área da comunidade tradicional com disponibilidade de infraestrutura urbana mínima — Número de comunidades tradicionais com a malha cicloviária e rede de transporte público municipal — Existência de integração do turismo cultural de base tradicional as demais atividades turísticas locais

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO											
D1 DIRETRIZ 1 — Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção a uma cidade compacta, conectada e policêntrica											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E1.2 Consolidar centralidades intermediárias de forma a constituir uma rede policêntrica descentralizada.	A1.2.1 Consolidar, por meio de instrumentos urbanísticos como a OODC, centros de bairros que reduzam os deslocamentos intraurbanos e metropolitanos, fomentando centralidades intermediárias que ofereçam equipamentos comunitários, comércios e serviços cotidianos e áreas de lazer para a vizinhança que abrangem.	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SECOS	— 1 Centro de Bairro consolidado a cada 7 anos	— Destinação de recursos captados via OODC para melhorias urbanas nos centros de bairro — Grau de consolidação urbana dos lotes presentes em cada centro de bairro em comparação aos índices urbanísticos permitidos — Percentual de lotes com uso misto e predomínio de atividades comerciais nos centros de bairro
	A1.2.2 Garantir a estruturação de uma rede cicloviária iniciais já previstas em projetos em andamento (Triplificação BR-230 e Projeto Orla) de forma a fortalecer as centralidades intermediárias propostas e constituir uma rede policêntrica intramunicipal.	Alta				Rodovia BR-230 e eixos viários contemplados no Projeto Orla	R\$ 2.000.000	— Governo estadual — Governo Federal — Agências multilaterais de financiamento	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEINFRA	— 5 km de cicloviárias construídas por ano	— Quilômetros implantados de ciclovia
	A1.2.3 Estabelecer um Fundo Local de Desenvolvimento Urbano e promover a recuperação de parte da valorização da terra por meio dos respectivos instrumentos urbanísticos, como a OODC, com vistas a ampliar a capacidade fiscal para a implantação de obras urbanas estratégicas.	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH	— Aprovação do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano em até 2 anos. — Efetiva operação do Fundo, com gestão dos recursos obtidos pela OODC em até 3 anos	— Grau de institucionalização do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano — R\$ geridos pelo Fundo

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 2 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 2)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO											
D2 DIRETRIZ 2 — Consolidar a atividade turística sustentável por meio de uma rede especializada de atividades que assuma o protagonismo exercido pelo patrimônio natural, histórico e cultural de Cabedelo para a estruturação do território											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E2.1 Estabelecer uma rota turística intramunicipal que conecte os principais atrativos turísticos naturais, históricos e culturais, de forma a tomar partido do intenso fluxo de veranistas para promover o desenvolvimento socioeconômico da população local ¹	A2.1.1 Fomentar a estruturação da rota turística por meio da instalação de pontos de apoio ao turista, com informações sobre os atrativos, sugestões de percursos sequenciais e guias locais, além de infraestrutura de apoio, com banheiros e estacionamento ²	Média				Todo o município	R\$ 3.000.000	— Recursos próprios — Ministério do Turismo — Outros órgãos estaduais e federais	Principal: — SETUR Parceiros: — SEPLAH	— 1 Ponto de Apoio ao Turista implementado a cada 3 anos	— Número de Pontos de apoio ao Turista implementados por ano — Número de rotas turísticas locais constituídas e divulgadas
	A2.1.2 Estabelecer parceria com agentes de desenvolvimento endógeno, como o IFPB, ICMBio e arranjos associativos locais visando a convergência de esforços para fortalecimento das bases territoriais de desenvolvimento turístico	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SETUR Parceiros: — IFPB — ICMBio — Arranjos associativos locais	Rede de cooperação efetiva entre a Prefeitura de Cabedelo com as instituições estabelecida em até 5 anos	— Número de acordo de cooperações firmados por ano — Número de ações realizadas em conjunto pela rede estabelecida por ano
E2.2 Fortalecer capacidades institucionais para a gestão integrada da rota turística intermunicipal ³	A2.2.1 Desenvolver um plano de ação para viabilizar a implementação de Rota Turística Intramunicipal por meio do Conselho Municipal de Turismo de Cabedelo (COMTUR), convergindo esforços às demais diretrizes de desenvolvimento territorial estabelecidas no Plano Diretor	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SETUR Parceiros: — SEPLAH	Plano de Ação para Implementação da Rota Turística Intramunicipal concluído em até 5 anos	— % de conclusão do Plano de Ação para Implementação da Rota Turística Intramunicipal — % de implementação da Rota Turística Intramunicipal
	A2.2.2 Criar uma instância adicional, interna à estrutura do COMTUR, denominada Fórum de Turismo Local, com vistas a promover a integração dos atores do setor de turismo e da sociedade civil vinculados à temática. Este Fórum terá como objetivo articular a estrutura turística já existente àquela de natureza potencial de base comunitária.	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SETUR Parceiros: — Organizações da sociedade civil relacionadas à temática	— Fórum de Turismo Local criado em até 3 anos — Turismo de base comunitária via ações do Fórum de Turismo Local promovido em até 7 anos	— Fórum de Turismo Local implementado (sim/não) — Número de reuniões do Fórum de Turismo Local por ano — Número de proposições estabelecidas pelo Fórum

Fonte: URBTEC™ (2023).

¹ Articulado com a Estratégia E16.4 “Promover as atividades turísticas do município”.

² Tais pontos de apoio incluem estruturas fixas, mas também píer públicos, possibilitando o embarque seguro de turistas e a cobrança da taxa de serviço, constituindo uma forma de arrecadação para novos investimentos pelo município.

³ Articulado com a Estratégia E16.4 “Promover as atividades turísticas do município”.

Quadro 3 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 3)

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS											
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO											
D3 DIRETRIZ 3 — Equalizar as demandas logísticas advindas das atividades portuárias e industriais desenvolvidas no município, mitigando conflitos com demais usos urbanos											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E3.1 Mitigar os conflitos urbanos por meio da implementação efetiva das diretrizes de ordenamento territorial e hierarquia viária	A3.1.1 Instituir incentivos fiscais e tributários para estimular a instalação de novos empreendimentos nas Zonas Industriais	Média				Zonas Industriais	Técnico-administrativo, com eventual impacto devido à renúncia fiscal	Recursos próprios	Principal: — SEFIN — SEREC Parceiros: — SECTIN	— Incentivos fiscais e tributários para novos empreendimentos industriais estabelecidos em até 5 anos — Aumento de 20% do número de empreendimentos na Zona Industrial em até 10 anos	— Política de incentivos fiscais e tributários efetivada (sim/não) — % de novos empreendimentos na Zona Indústria após a instituição dos incentivos fiscais e tributários
	A3.1.2 Firmar parceria com órgãos de meio ambiente e de controle supra municipais para criação de um Grupo de Trabalho intersetorial, com vistas a ampliar ações de monitoramento das medidas mitigadoras e compensatórias previstas no EIA/RIMA dos empreendimentos portuários e correlatos, de forma a garantir a redução dos impactos ao contexto urbano em que se inserem	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEMAM — Órgãos de meio ambiente e controle supra municipais	— Cumprimento de 100% das medidas mitigadoras e compensatórias em até 5 anos	— Número de parcerias estabelecidas com os órgãos de meio ambiente e controle supramunicipais — % de medidas compensatórias e mitigadoras previstas no EIA/RIMA efetivamente concluídas
E3.2 Viabilizar a utilização da linha férrea para transporte de parte das cargas movimentadas a partir do Porto Organizado de Cabedelo, reduzindo o fluxo de veículos pesados na cidade	A3.2.1 Firmar parceria com a CBTU e IFPB para o desenvolvimento de estudos técnicos preliminares com vistas a incentivar o uso da linha férrea durante o período noturno para transporte de carga ao porto, reduzindo o volume de caminhões circulando na cidade	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — CBTU — IFPB	— Estudos técnicos preliminares concluídos em até 5 anos	— Grau de efetivação da parceria com vistas à elaboração dos referidos estudos técnicos — % de conclusão dos estudos técnicos
	A3.2.2 Desenvolver e implementar Plano de Circulação Viária que restrinja o tráfego de veículos de carga na área central de Cabedelo, notadamente durante o horário comercial e períodos festivos ⁴	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEPLAH	— Plano de Circulação Viária concluído em até 3 anos — Medidas de controle e restrição previstas no Plano de Circulação Viária implementadas em até 5 anos	— % de conclusão do Plano de Circulação Viária — % de medidas previstas no Plano de Circulação Viária efetivamente implementadas — % de redução do número de veículos de carga circulando na área central da cidade nos horários de restrição

Fonte: URBTEC™ (2023).

⁴ Articulada com a Estratégia E10.3 “Mitigar os conflitos viários existentes entre o Porto de Cabedelo e o sistema viário urbano, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal”.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

2.1.2. Estrutura fundiária e aspectos habitacionais

Quadro 4 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 4)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS											
D4 DIRETRIZ 4 — Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E4.1 Fortalecer a capacidade institucional local para responder às demandas de habitação social	A4.1.1 Desenvolver um Plano de Regularização Fundiária Sustentável no qual se realize um levantamento extensivo dos assentamentos informais consolidados de Cabedelo, caracterizando sua situação fundiária, urbanística, edílicia e socioeconômica, de forma a permitir a delimitação de estratégias consistentes de resposta habitacional pelo governo local	Alta				Todo o município	R\$ 500.000	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMAM — SEMDEC	— Plano de Regularização Fundiária Sustentável concluído em até 3 anos	— % do levantamento pormenorizado de assentamentos informais concluído — % do Plano de Regularização Fundiária Sustentável concluído
	A4.1.2 Prospectar e adquirir terrenos prioritários para formação de banco de terras municipais ⁵ , visando a utilização futura para provisão habitacional. O banco de terras poderá ser formado por áreas com incidência do direito de preempção, áreas concedidas como medida compensatória de empreendimentos de grande porte ou adquiridas com recursos do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano, já mencionado nas diretrizes de Uso e Ocupação do Solo Urbano		Média				Todo o município	R\$ 2.000.000	— Recursos próprios — Contribuição do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEREC	— Prospecto de terrenos prioritários a comporem um banco de terras públicas elaborado em até 3 anos — Parte dos terrenos prioritários adquiridos em até 10 anos

⁵ O banco de terras públicas é o mesmo citado nas ações A6.3.5, A7.1.2 e A9.3.2.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS											
D4 DIRETRIZ 4 — Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A4.1.3 Negociar junto à órgãos estaduais e federais a doação de terrenos sob sua propriedade para a implementação de programas habitacionais de interesse social	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — Estado (Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal) — União (Ministério das Cidades)	— 2.000 m ² em terrenos via doação de órgãos estaduais e federais recebidos em até 5 anos	— m ² de terrenos recebidos por meio de tratativas junto aos órgãos mencionados
	A4.1.4 Reservar um percentual mínimo de 30% dos recursos do (futuro) Fundo Local de Desenvolvimento Urbano para investimentos em habitação de interesse social.	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — Conselho Gestor do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano Parceiros: — SEPLAH	— Reserva de pelo menos 30% do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano para investimentos em HIS aprovada em até 2 anos	— % de recursos do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano destinados para HIS
	A4.1.5 Reativar o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação Social, garantindo o controle social e a plena gestão democrática da política habitacional local	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH	— Conselho e Fundo Municipal de Habitação operantes em até 5 anos	— Grau de reativação do Fundo Municipal de Habitação Social — Número de reuniões anuais do Conselho Municipal de Habitação
	A4.1.6 Estabelecer benefícios fiscais e tributários para empreendimentos de habitação social destinados a famílias de 0 a 5 salários mínimos.	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo, com eventual impacto devido à renúncia fiscal	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEFIN	— Incentivos fiscais e tributários para novos empreendimentos de HIS estabelecidos em até 3 anos	— Grau de efetivação de política de incentivos fiscais e tributários — % de novos empreendimentos de HIS em relação ao total em Cabedelo

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS											
D4 DIRETRIZ 4 — Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E4.2 Responder de forma emergencial as demandas mais prementes de habitação social de Cabedelo	A4.2.1 Implementar obras de infraestrutura mínima de saneamento básico e habitabilidade nos assentamentos informais consolidados do Rabo da Gata, Salinas Ribamar, Jardim Gama, Lixão e Moinho Antigo, tidos como prioridade emergencial desde o PLHIS de 2013	Alta				Assentamentos informais mencionados	R\$ 10.000.000	— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal — Agências multilaterais de financiamento	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEINFRA	— Infraestrutura urbana para ao menos um assentamento informal implementada a cada 5 anos	— Grau de disponibilidade de infraestrutura urbana nos referidos assentamentos — % de assentamentos informais com melhorias de infraestrutura concluídas
	A4.2.2 Realizar a demarcação urbanística de áreas ocupadas por assentamentos informais nos termos da Lei Federal nº 13465/2017, conferindo maior segurança da posse aos moradores enquanto não se avança para o processo integral de urbanização e regularização fundiária	Alta				Assentamentos informais consolidados	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH	— Demarcação urbanística dos assentamentos informais consolidados concluída em até 7 anos	— Número de famílias que obtiveram a demarcação urbanística de suas áreas de moradia por ano
	A4.2.3 Atualizar o cadastro da fila habitacional no prazo máximo de 1 ano, de forma a possuir dados concretos que subsidiem a ação pública no campo habitacional	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMAS	— Fila habitacional do município atualizada em até 3 anos	— % do cadastro habitacional municipal atualizado
	A4.2.4 Promover a realocação emergencial de famílias residentes em áreas de risco, estabelecendo parceria com órgãos estaduais e federais para a necessária provisão habitacional	Alta				Áreas de risco em assentamentos informais	R\$ 2.000.000	— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal — Agências multilaterais de financiamento	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMAS — SEMDEC	— 100% das moradias em área de risco realocadas em até 10 anos	— Número de moradias em área de risco realocadas

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 5 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 5)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS											
D5 DIRETRIZ 5 — Garantir o adequado processo de parcelamento e ocupação do solo urbano por meio de processos efetivos e consistentes de licenciamento, monitoramento e fiscalização urbana											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E5.1 Fortalecer a capacidade institucional local para gestão do licenciamento e fiscalização do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano	A5.1.1 Desenvolver um Plano de Ação para concentrar ações fiscalizatórias sobre as situações de maior complexidade no município	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEPLAH	— Plano de Ação concluído em até 3 anos	— % do referido Plano de Ação concluído — Grau de implementação do Plano de Ação
	A5.1.2 Aprimorar os processos de fiscalização urbana para encaminhar casos complexos para ingresso de ações judiciais com vistas a ações cominatórias de demolição	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — PROGER	— Melhorias administrativas nos processos de fiscalização implementadas em até 3 anos — Ações para a demolição de edificações em desacordo com a legislação e que gerem danos à coletividade ajuizadas em até 5 anos	— % de melhorias administrativas implementadas — Número de ações cominatórias de demolição ajuizadas
	A5.1.3 Estabelecer uma Câmara Técnica de Licenciamento Urbano, integrando diferentes secretarias, com o objetivo de facilitar a regularização de loteamentos irregulares com condições de adequação à legislação vigente	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — PROGER — SEPLAH	— Câmara Técnica de Licenciamento Urbano estabelecida em até 1 ano.	— Grau de institucionalização da Câmara Técnica — Número de loteamentos a regularizar analisados pela Câmara Técnica por ano
	A5.1.4 Realizar estudos técnicos para definir novos critérios para a Lei de Regularização Edilícia (como possibilidade de avanço sobre recuo frontal e melhor destinação dos recursos da sanção)	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEPLAH	— Projeto de Lei com atualizações da Lei de Regularização de Edificações proposto em até 5 anos	— % de elaboração dos estudos técnicos — Etapas de aprovação da minuta de lei a ser elaborada após a conclusão dos estudos técnicos
	A5.1.5 Incluir no planejamento municipal de longo prazo a previsão de abertura de concurso público para novas vagas em cargo efetivo, para a manutenção do corpo técnico da SECOS, considerando que o poder de polícia só pode ser exercido por servidores de carreira	Alta				Todo o município	R\$ 420.000 anualmente	Recursos próprios	Principal: — SEAD Parceiros: — SEPLAH	— Número de técnicos contratados para a fiscalização suficientes para a demanda em até 5 anos	— % de técnicos contratados em relação ao total necessário para as atividades de fiscalização

Fonte: URBTEC™ (2023).

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

2.1.3. Saneamento básico

Quadro 6 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Saneamento Básico (Diretriz 6)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
D6 DIRETRIZ 6 — Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E6.1 Ampliar a capacidade institucional da Prefeitura para o monitoramento e planejamento dos serviços de saneamento básico, bem como para a articulação com diferentes entes	A6.1.1 Consolidar um órgão integrante da Prefeitura dedicado ao saneamento, com o objetivo de articular as demandas da população nos seus quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEMAM — SEPLAH — SEMDEC	— Órgão em funcionamento em até 5 anos	— Órgão estabelecido e em funcionamento (sim/não)
	A6.1.2 Implementar sistema de informações de saneamento básico, com informações georreferenciadas, inclusive compatibilizando as informações entre a Prefeitura e a concessionária	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEMAM SEPLAH — CAGEPA	— Sistema implementado em até 3 anos	— Sistema implementado (sim/não)
	A6.1.3 Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico (2015), tendo em vista a sua previsão de revisão a cada quatro anos	Alta				Todo o município	R\$ 300.000	— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEMAM SEPLAH — CAGEPA	— Plano Municipal de Saneamento Básico revisado em até 3 anos	— Plano Municipal de Saneamento Básico revisado (sim/não)
	A6.1.4 Avaliar a possibilidade de firmar parcerias público-privadas para melhorar os serviços de saneamento	Média				Todo o município	A depender de projetos específicos	— Recursos próprios — Iniciativa privada	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEMAM SEPLAH — CAGEPA	— 1 reunião sobre o tema realizada por semestre	— Número de reuniões realizadas por ano
E6.2 Aumentar a capacidade, a eficiência e a extensão das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	A6.2.1 Fortalecer as parcerias interinstitucionais com o Governo do Estado e com a CAGEPA, atual concessionária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEMAM SEPLAH — CAGEPA — Governo Estadual	— 1 reunião sobre o tema realizada por semestre	— Número de reuniões realizadas por ano
	A6.2.2 Implementar medidas para a diminuição do volume perdido na rede de abastecimento de água	Média				Todo o município	A depender de projetos específicos	— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal — Agências Multilaterais de financiamento	Principal: — SEINFRA (monitoramento) Parceiros: — CAGEPA	— Índice de perdas reduzido em 20% ⁶ (DATASAN, 2020) em até 10 anos	— Índice de perdas (% do volume de água distribuído que é perdido)

⁶ Considerando o índice de perdas na distribuição disponível no DATASAN da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o ano de 2020. Embora o cenário ideal fosse eliminar as perdas na distribuição, adotou-se como meta que o município de Cabedelo reduza em cinco anos o índice de perdas em ao menos 20%. Dessa forma, o índice de perdas passaria de 41,5% para 33,2%, se aproximando, ao menos, do índice da capital do estado (João Pessoa).

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
D6 DIRETRIZ 6 — Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A6.2.3 Aumentar a capacidade de fornecimento da rede de abastecimento de água, como pela construção de reservatórios de armazenagem, buscando a regularidade no serviço em todas as regiões e épocas do ano	Média				Todo o município	R\$ 1.500.000	— Governo Estadual — Governo Federal — Agências Multilaterais de financiamento	Principal: — SEINFRA (monitoramento) Parceiros: — SEPLAH — CAGEPA	— Reservatório de armazenagem implantado em até 8 anos	— Reservatório implantado (sim/não) — Número de ocorrências de desabastecimento de água por mês
	A6.2.4 Promover meios de monitoramento do sistema de abastecimento de água, para aumentar a capacidade de resposta e melhorar a comunicação aos usuários do sistema em situações de falta de água	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEPLAH — CAGEPA	— Número e duração das paralizações no fornecimento de água reduzidos anualmente	— Número de paralizações por mês — Duração média das paralizações e intermitências
	A6.2.5 Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, priorizando áreas mais populosas e desatendidas, bem como áreas previstas para o adensamento futuro, buscando a universalização do serviço	Alta				Todo o município	R\$ 28.000 ⁷ /ano	— Governo Estadual — Governo Federal — Agências Multilaterais de financiamento	Principal: — SEINFRA (monitoramento) Parceiros: — SEPLAH — CAGEPA	— 100% do município atendido com rede de coleta e tratamento de esgoto em 10 anos	— % de domicílios atendidos pela rede de coleta e tratamento de esgoto
	A6.2.6 Fiscalizar ligações clandestinas de esgoto e despejo de poluentes na rede de drenagem e nos corpos hídricos	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SEINFRA — CAGEPA — SUDEMA — IBAMA	— 100% da rede de drenagem e dos corpos hídricos fiscalizados em 5 anos	— % da rede de drenagem fiscalizada — % dos corpos hídricos fiscalizados
	A6.2.7 Promover campanhas educativas e mecanismos de fiscalização sobre o uso da água, para evitar gastos com usos não prioritários	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOM	— 1 campanha executada por ano	— Número de campanhas executadas por ano

⁷ Recursos previstos no Orçamento-Programa de 2023 da Prefeitura Municipal.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
D6 DIRETRIZ 6 — Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E6.3 Melhorar as condições de drenagem para sanar ou mitigar situações de risco de alagamentos	A6.3.1 Monitorar os sistemas de drenagem do município, incluindo no sistema de informações de saneamento básico a identificação da infraestrutura existente – sua capacidade e condição de drenagem – e o registro das ocorrências de alagamentos	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEPLAH	— 100% da rede de drenagem monitorada em até 5 anos	— % da rede de drenagem monitorada
	A6.3.2 Realizar manutenção e ampliação dos sistemas de drenagem, com a implantação de novas galerias ou de soluções alternativas, como áreas para retenção de água	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEPLAH	— Rede de drenagem ampliada anualmente — 100% da rede de drenagem com manutenção em até 10 anos	— % da rede de drenagem com manutenção — % de áreas urbanizadas do município com rede de drenagem
	A6.3.3 Buscar prever a instalação de infraestrutura de drenagem em todas as obras de pavimentação	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEPLAH	— Infraestrutura de drenagem previstas em conjunto com obras de pavimentação em até 3 anos	— % de obras de pavimentação acompanhadas de infraestrutura de drenagem
	A6.3.4 Integrar mecanismos de retenção e de drenagem pluvial, como reservatórios de armazenamento de água e de amortecimento de vazões, como exigência para grandes empreendimentos	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEPLAH	— Mecanismos de retenção e drenagem pluvial estabelecida em até 2 anos	— Exigência regulamentada (sim/não)
	A6.3.5 Criar um banco de terras públicas ⁸ , por meio da utilização dos instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do Direito de Preempção, com vistas a implantação de infraestruturas de contenção	Média				Todo o município	Técnico-administrativo ⁹	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SECOS — SEINFRA — SEMAM	— Áreas prospectadas e adquiridas em até 7 anos	— m ² adquiridos para implantação de infraestruturas de contenção
	A6.3.6 Ampliar a taxa de permeabilidade do solo, por meio da fiscalização de situações de impermeabilização irregular do solo, bem como buscando alternativas para pavimentos impermeáveis em obras públicas	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECOS	— Fiscalização contínua em até 2 anos — Alternativas consideradas em até 2 anos	— Número de vistorias por mês — Número de obras públicas alternativas

⁸ O banco de terras públicas é o mesmo citado nas ações A4.1.2, A7.1.2 e A9.3.2.

⁹ A aplicação do PEUC e do Direito de Preempção pode ser iniciada a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal, sendo necessário considerar custos de pessoal para fiscalização e encaminhamento dos trâmites burocráticos. Os recursos a serem empenhados na aquisição do banco de terras públicas por meio dos instrumentos deverão ser avaliados caso a caso.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
D6 DIRETRIZ 6 — Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E6.4 Melhorar a ampliar o sistema de gestão de resíduos sólidos	A6.4.1 Fortalecer as parcerias intermunicipais, no âmbito da governança na Região Metropolitana de João Pessoa, para buscar soluções compartilhadas para o manejo de resíduos sólidos, em especial os RCC	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — Municípios da RMJP — Governo Estadual	— 1 reunião sobre o tema realizada por semestre	— Número de reuniões realizadas por ano
	A6.4.2 Promover a valorização dos resíduos do município, com a ampliação e criação de novas unidades de triagem e com o engajamento de empresas e consumidores para destinação de seus resíduos a cooperativas de reciclagem	Média				Todo o município	R\$ 200.000	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Principal: — SECOM	— 1 nova unidade de triagem em até 3 anos — 1 campanha de engajamento executada por ano	— Número de unidades de triagem — Número de campanhas realizadas por ano
	A6.4.3 Criar programa de apoio às associações de catadores e outros entes que geram renda a partir dos resíduos recicláveis	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM	— Programa de apoio criado em até 3 anos	— Programa criado e em funcionamento (sim/não)
	A6.4.4 Promover campanhas de conscientização quanto a destinação de resíduos sólidos	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOM	— 2 campanhas executadas por ano	— Número de campanhas executadas por ano
	A6.4.5 Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos, a exemplo do projeto piloto no bairro do Poço	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM	— Coleta seletiva implementada em todo o município em até 5 anos	— % de bairros do município atendidos pela coleta seletiva
	A6.4.6 Avaliar a possibilidade de criação de pátios de compostagem para a destinação de resíduos orgânicos compostáveis, visando a redução do volume destinado ao aterro sanitário	Média				Todo o município	R\$ 100.000	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOM	— 1 pátio de compostagem implantado em até 5 anos	— Pátio de compostagem implantado (sim/não)
	A6.4.7 Implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) (em elaboração)	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM	— Ações propostas no PMGIRS implementadas	— % de ações previstas do PMGIRS implementadas

Fonte: URBTEC™ (2023).

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

2.1.4. Equipamentos comunitários e sociais

Quadro 7 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais – Educação (Diretriz 7)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – EDUCAÇÃO											
D7 DIRETRIZ 7 — Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E7.1 Implementar escolas, creches e instituições de ensino superior nos bairros com defasagem, buscando reduzir as desigualdades espaciais e garantir o acesso à educação em todas as localidades	A7.1.1 Elaborar plano para instalação e reforma de escolas, creches e instituições, a partir das necessidades educacionais levantadas nos bairros do município, estando entre eles Salinas, Parque Verde, Morada Nova, Ribamar, Renascer, Jacaré, Portal do Poço, Recanto do Poço, Camboinha, Jardim Camboinha e Centro	Alta				Todo o município, com foco nos bairros mencionados	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) — Parceria com Instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil	Principal: — SEDUC	— Plano elaborado em até 3 anos — Construir e/ou reformar os equipamentos de educação definidos no plano	— Plano elaborado (sim/não) — % de metas do plano atingidas
	A7.1.2 Criar um banco de terras públicas ¹⁰ com vistas a implantação de equipamentos de educação, por meio da utilização dos instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do Direito de Preempção	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo ¹¹	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEDUC	— Estoque de terras públicas aumentado anualmente	— m ² adquiridos para implantação de equipamentos de educação
	A7.1.3 Promover a instalação de creches e colégios com acessibilidade nos bairros em defasagem, dando prioridade para a implantação do turno integral	Alta				Todo o município	R\$ 2.500.000/unidade ¹²	— Recursos próprios — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) — Parceria com Instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil	Principal: — SEDUC	— Creches e colégios com acessibilidade instalados em até 5 anos	— Número de creches e colégios instalados — Número de equipamentos com acessibilidade

¹⁰ O banco de terras públicas é o mesmo citado nas ações A4.1.2 e A9.3.2.

¹¹ A aplicação do PEUC e do Direito de Preempção pode ser iniciada a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal, sendo necessário considerar custos de pessoal para fiscalização e encaminhamento dos trâmites burocráticos. Os recursos a serem empenhados na aquisição do banco de terras públicas por meio dos instrumentos deverão ser avaliados caso a caso.

¹² Com base em licitações recentes realizadas no município para construção de creches.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – EDUCAÇÃO											
D7 DIRETRIZ 7 — Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI-DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A7.1.4 Implementar / fortalecer o sistema de transporte escolar para garantir o acesso dos alunos a instituições educacionais mais distantes de suas residências	Alta				Todo o município	R\$ 200.000	— Recursos próprios — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) — Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	Principal: — SEDUC Parceiros: — SETRANS	— Sistema implementado e fortalecido em até 3 anos	— Número de alunos atendidos — Tempo Médio de Deslocamento dos alunos — Área de cobertura de Transporte Escolar em relação a área dos bairros
	A7.1.5 Priorizar a ampliação de vagas e o melhoramento da qualidade de ensino ofertado no município	Alta				Todo o município	R\$ 9.000.000 ¹³ /ano	— Recursos próprios — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	Principal: — SEDUC	— Aumentar em 20% Número de vagas nas escolas municipais aumentado em 20% em 2 anos — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) elevado em 10% em 2 anos	— Número de novas vagas criadas — Taxa de ocupação das vagas — Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) — Realização de Formação Continuada de Professores (sim/não) — Taxa de docentes qualificados
	A7.1.6 Realizar pesquisa que avalie as causas da evasão/desistência de alunos em cursos e escolas, a fim de desenvolver estratégias e políticas educacionais eficazes para reduzir significativamente esses índices	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEDUC	— Pesquisa realizada continuamente, com início em até 2 anos	— Taxa de evasão / Desistência — Perfil dos alunos em situação de Evasão / Desistência
	A7.1.7 Desenvolver programas de educação para adultos, com foco na conclusão do ensino fundamental, visando reduzir a taxa de pessoas sem escolaridade adequada	Alta				Todo o município	320.000/ano ¹⁴	— Recursos próprios — Fundo Municipal de Educação — Parceria com Instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil	Principal: — SEDUC	— Taxa de conclusão do ensino fundamental por parte dos adultos elevada em 10% em 3 anos	— Taxa de analfabetismo — Taxa de participação — Taxa de conclusão — Taxa de retenção

¹³ Considerando a ampliação no número de vagas em 20% em 2 anos.

¹⁴ Com base no Orçamento-Programa de 2023 para implementação, implantação e manutenção da educação de jovens e adultos.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – EDUCAÇÃO											
D7 DIRETRIZ 7 — Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI-DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A7.1.8 Aprimorar a forma de vistoria sobre o número de vagas, inserindo os pais como vetores de fiscalização, garantindo que todas as instituições de ensino cumpram com rigor os requisitos de disponibilidade de vaga	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEDUC	— Realizar ações de transparência e de envolvimento dos pais de forma contínua	— Taxa de ocupação das vagas — Número de ações de envolvimento dos pais executadas por ano
E7.2 Estabelecer parcerias com instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil para obter recursos financeiros e apoio na construção e revitalização dos equipamentos educacionais nos bairros com defasagem	A7.2.1 Buscar parcerias com instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil interessadas em apoiar a construção e revitalização dos equipamentos educacionais, visando proporcionar ambientes de aprendizado seguros, adequados e inspiradores	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEDUC	— Parcerias formadas em até 3 anos	— Número de parcerias estabelecidas
	A7.2.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior para ampliar a oferta de cursos e oportunidades de formação acadêmica, visando aumentar o número de cursos disponíveis e promover o desenvolvimento educacional e profissional	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Parcerias com Instituições de Ensino Superior	Principal: — SEDUC	— Parcerias formadas em até 3 anos	— Número de parcerias estabelecidas
	A7.2.3 Fornecer acesso igualitário a recursos e tecnologias educacionais para todos os alunos	Alta				Todo o município	R\$ 800.000 ¹⁵	— Recursos próprios — Programas governamentais — Parcerias com empresas e instituições locais	Principal: — SEDUC Parceiros: — SECTIN	— Eliminar as disparidades de acesso a recursos e tecnologias educacionais em até 3 anos	— Taxa de acesso a equipamentos digitais pelos alunos — Taxa de acesso à internet pelos alunos

Fonte: URBTEC™ (2023).

¹⁵ Com base no Orçamento-Programa de 2023 para implantação de laboratórios de informática nas escolas municipais.

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – SAÚDE											
D8 DIRETRIZ 8 — Reduzir a Taxa e Mortalidade Infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI- DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E8.1 Intensificar as ações de saúde infantil, implementando programas de saúde materno-infantil, incluindo pré-natal de qualidade, vacinação e acompanhamento dos primeiros anos de vida	A8.1.1 Realizar campanhas de conscientização sobre cuidados com a saúde materno-infantil	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SES Parceiros: — SECOM	— 1 campanha realizada por ano	— Número de campanhas realizadas por ano — Taxa de mortalidade infantil — Taxa de mortalidade materna
	A8.1.2 Investir na capacitação dos profissionais de saúde para fornecer um atendimento adequado às gestantes e crianças					Todo o município	Técnico-administrativo ¹⁶	— Recursos próprios — Programa Cuida Mais Brasil	Principal: — SES	— 1 capacitação realizada por ano	— Número de capacitações realizadas por ano — Taxa de mortalidade infantil — Taxa de mortalidade materna — Taxa de aleitamento materno exclusivo
	A8.1.3 Monitorar e avaliar regularmente os indicadores de saúde infantil para identificar lacunas e implementar medidas corretivas					Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SES	— Monitoramento e avaliação dos indicadores para implementação de medidas corretivas de forma continuada, a partir de 2 anos	— Taxa de mortalidade infantil — Taxa de Cobertura de vacinação infantil — Taxa de consultas de pré-natal e pós-natal

¹⁶ Há cursos focados na Atenção Materno-Infantil no âmbito dos Cursos de especialização em saúde da família e de qualificação em saúde da família, ofertados pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB), por exemplo, não sendo necessária a previsão de custos adicionais ao orçamento, apenas aqueles relacionados ao deslocamento e diárias dos servidores.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – SAÚDE											
D8 DIRETRIZ 8 — Reduzir a Taxa e Mortalidade Infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI- DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E8.2 Fortalecer da rede de saúde, ampliando a disponibilidade de Unidades de Saúde da Família, especialmente nos bairros sem unidades próximas, além de garantir o acesso a serviços especializados, como hospitais e CAPS, por meio de transporte público eficiente	A8.2.1 Estabelecer parcerias com instituições e organizações locais para fortalecer a rede de saúde	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SES Parceiros: — SEDUC	— 1 parceria estabelecida por ano	— Número de parcerias estabelecidas
	A8.2.2 Compartilhar boas práticas e experiências com o Município de João Pessoa no combate à taxa de mortalidade infantil	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SES	— Intercâmbio eficaz de conhecimentos e estratégias com o Município de João Pessoa estabelecido em até 3 anos	— Número de práticas compartilhadas implementadas
	A8.2.3 Promover a acessibilidade aos serviços de saúde em todas as regiões do município, especialmente nos bairros com deficiência de unidades de saúde próximas, como Portal do Poço, Jacaré, Renascer e Centro, por meio do estabelecendo unidades de saúde móveis ou postos regulares, além de implementar serviços de transporte de pacientes quando necessário	Alta				Todo o município, em especial nos bairros elencados	R\$ 4.000.000 ¹⁷	— Recursos próprios — Programas governamentais	Principal: — SES Parceiros: — SETRANS — SEINFRA	— 100% da população do município com acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade em até 3 anos	— Cobertura de acesso aos serviços de saúde — Tempo médio de deslocamento aos serviços de saúde
	A8.2.4 Melhorar as formas de comunicação da prefeitura com a população, garantindo um novo serviço de contato por telefone com a rede de saúde da prefeitura, que notifique o agendamento de consultas, por exemplo	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SES	— Serviço implementado em até 3 anos	— Taxa de notificação de agendamentos — Índice de Satisfação do usuário — Tempo médio de resposta

Fonte: URBTEC™ (2023).

¹⁷ Com base no Orçamento-Programa de 2023 para construção, implantação e reforma de unidades básicas de saúde.

Quadro 9 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais – Assistência Social (Diretriz 9)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – ASSISTÊNCIA SOCIAL											
D9 DIRETRIZ 9 — Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E9.1 Desenvolver uma abordagem integrada para reduzir as desigualdades sociais em Cabedelo, focando em medidas que abranjam diferentes dimensões, em acordo com Plano Municipal de Assistência Social (2022)	A9.1.1 Oferecer programas de capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAS Parceiros: — SECTIN — SETUR	— Programas de capacitação e apoio estabelecidos em até 2 anos	— Número de programas estabelecidos — Participação da população em programas de capacitação
	A9.1.2 Promover a participação ativa da comunidade na definição, implementação e monitoramento das políticas públicas, por meio de conselhos comunitários, audiências públicas e mecanismos de diálogo, garantindo que as necessidades e demandas locais sejam consideradas	Média				Todo o município	Técnico-administrativo ¹⁸	— Recursos próprios — Incentivos governamentais	Principal: — SEMAS	— Rede de conselhos e mecanismos de participação que envolvam ativamente pelo menos 10% da população estabelecida em até 3 anos	— Taxa de participação comunitária — Índice de satisfação da comunidade
	A9.1.3 Ampliar o quadro técnico relacionada aos serviços de segurança pública, incluindo cursos para capacitação e melhoramento da comunicação	Média				Todo o município	R\$ 85.000,00 ¹⁹	— Recursos próprios — Incentivos governamentais	Principal: — SSMDC	— Quadro técnico relacionado aos serviços de segurança pública expandido e capacitação contínua para a equipe existente em até 2 anos	— Número de técnicos contratados — Taxa de participação dos técnicos em treinamentos de comunicação — Índice de satisfação da comunidade
	A9.1.4 Implementar políticas de desenvolvimento sustentável para as comunidades ribeirinhas, garantindo o acesso a serviços básicos, como saúde, educação, água potável e saneamento, e promovendo a valorização de suas culturas e modos de vida	Alta				Comunidades ribeirinhas	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Incentivos governamentais	Principal: — SEMAS Parceiros: — SEDUC — SES — SEMAM — SEPA	— 1 política implementada por ano	— Número de políticas implementadas por ano

¹⁸ Há cursos focados na Atenção Materno-Infantil no âmbito dos Cursos de especialização em saúde da família e de qualificação em saúde da família, ofertados pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB), por exemplo, não sendo necessária a previsão de custos adicionais ao orçamento, apenas aqueles relacionados ao deslocamento e diárias dos servidores.

¹⁹ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para capacitação de recursos humanos.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS												
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – ASSISTÊNCIA SOCIAL												
D9 DIRETRIZ 9 — Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo												
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI-DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
			C	M	L							
E9.2 Promover a acessibilidade em Cabedelo por meio de ações abrangentes e sistemáticas que visem eliminar as barreiras arquitetônicas e de comunicação, capacitar profissionais e estabelecer parcerias especializadas	A9.2.1 Realizar um levantamento detalhado das principais barreiras de comunicação existentes em espaços públicos, edificações e serviços, e elaborar um plano de eliminação gradual dessas barreiras, priorizando as áreas de maior demanda e vulnerabilidade	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAS Parceiros: — SEDUC — SES — SEINFRA	— Levantamento das barreiras realizado em até 2 anos — Plano estratégico de eliminação das barreiras elaborado em até 3 anos	— Número de barreiras identificadas — Plano de eliminação elaborado (sim/não) — Porcentagem de barreiras eliminadas	
	A9.2.2 Promover a capacitação contínua dos profissionais da área de atendimento ao público, como servidores públicos, funcionários de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, por meio de cursos e treinamentos que abordem a importância da inclusão e orientações sobre como oferecer um atendimento inclusivo, respeitoso e sensível às necessidades das pessoas com deficiência		Alta				Todo o município	R\$ 250.000,00 ²⁰	Recursos próprios	Principal: — SEMAS Parceiros: — SEDUC — SES	— 1 capacitação realizada por ano	— Número de capacitações realizadas por ano — Número profissionais egressos e matriculados em capacitações por ano
	A9.2.3 Estabelecer parcerias com organizações especializadas em acessibilidade e tecnologia assistiva (rampas de acesso, dispositivos de comunicação alternativa, audiodescrição, entre outros, de acordo com as necessidades específicas identificadas), visando obter recursos e expertise técnica para promover a acessibilidade em todos os setores.		Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Incentivos governamentais — Parcerias com organizações não governamentais	Principal: — SEMAS Parceiros: — SEDUC — SES — ONGs — Instituições de pesquisa — Empresas do setor	— 1 parceria estabelecida por ano	— Número de parcerias estabelecidas por ano

²⁰ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a manutenção do Centro de Capacitação Profissional, o qual poderia abrigar programas de capacitação.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS – ASSISTÊNCIA SOCIAL											
D9 DIRETRIZ 9 — Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E9.3 Fortalecer o CRAS e construir uma nova Cozinha Comunitária em Cabedelo por meio de ações que envolvam estudos de demanda, capacitação dos profissionais e busca por parcerias	A9.3.1 Realizar estudos de demanda para identificar as áreas do município de Cabedelo com maior vulnerabilidade social e necessidade de expansão dos CRAS, e definir a localização estratégica para a ampliação, garantindo que estejam próximos às comunidades em situação de maior vulnerabilidade	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Incentivos governamentais	Principal: — SEMAS Parceiros: — SEPLAH	— Estudo realizado em até 3 anos	— Estudo realizado (sim/não) — Percentual da demanda identificada a partir do estudo suprida
	A9.3.2 Criar um banco de terras públicas ²¹ com vistas a implantação de um novo CRAS e uma cozinha comunitária, por meio da utilização dos instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do Direito de Preempção	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo ²²	Recursos próprios	Principal: — SECOS Parceiros: — SEMAS	— Estoque de terras públicas aumentado anualmente	— m ² adquiridos para implantação de CRAS
	A9.3.3 Investir na capacitação dos profissionais que atuam nos CRAS, oferecendo treinamentos e cursos para aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Essa capacitação deve abranger áreas como atendimento humanizado, orientação adequada aos usuários e articulação com outros serviços e programas sociais	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAS	— 1 capacitação realizada por ano	— Número de capacitações realizadas por ano — Percentual de profissionais capacitados

Fonte: URBTEC™ (2023).

²¹ O banco de terras públicas é o mesmo citado nas ações A4.1.2, A6.3.5 e A7.1.2.

²² A aplicação do PEUC e do Direito de Preempção pode ser iniciada a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal, sendo necessário considerar custos de pessoal para fiscalização e encaminhamento dos trâmites burocráticos. Os recursos a serem empenhados na aquisição do banco de terras públicas por meio dos instrumentos deverão ser avaliados caso a caso.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

2.1.5. Mobilidade urbana

Quadro 10 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 10)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D10 DIRETRIZ 10 — Otimizar o uso da infraestrutura viária existente											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E10.1 Otimizar o sistema viário municipal	A10.1.1 Elaborar estudos e projetos específicos nas principais vias municipais para implantação de binários	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEPLAH	— Estudos e projetos elaborados em até 2 anos	— Acompanhamento do plano de vias da cidade
	A10.1.2 Realizar projeto de pavimentação em trechos municipais desprovidos de pavimento	Alta				Todo o município	R\$ 1.350.000,00	Recursos próprios	Principal: — SEINFRA Principal: — SEMOB	— Ampliar a pavimentação das vias do município em 10%	— Extensão de vias com pavimentação nas calçadas
	A10.1.3 Concluir o processo de municipalização de trecho da BR-230	Média				Área central do município de Cabedelo	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEPLAH	— Municipalização de trecho da BR-230 em até 8 anos	— Extensão do trecho municipalizado da BR-230
E10.2 Requalificar estrutura viária da área central, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal	A10.2.1 Implementar a Zona 30 prevista pelo Plano de Mobilidade Urbana municipal, realizando sua delimitação e detalhamento	Média				Bairro Centro	R\$ 350.000,00 ²³	Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEPLAH — SEINFRA	— Delimitar e detalhar a Zona 30 em um ano	— Zona 30 implantada (sim/não)
	A10.2.2 Elaborar estratégias de trânsito compartilhado para diminuição da velocidade na área central, principalmente em áreas pertencentes à Zona 30	Média				Bairro Centro		Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEPLAH — SEINFRA — SECOM	— Reduzir, anualmente, o número de acidentes graves na região	— Número de acidentes graves

²³ Estimativa com base nos recursos destinados para a sinalização do trânsito de Cabedelo nos Planos Plurianuais. A estimativa considera as ações A10.2.1, A10.2.2, A10.2.3, A.10.2.4, A10.2.5, A10.3.1 e A10.3.2. Há que se considerar também custos técnico-administrativos decorrentes da disponibilização de um técnico para a definição das estratégias de implementação.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D10 DIRETRIZ 10 — Otimizar o uso da infraestrutura viária existente											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A10.2.3 Implantar sistema de Estacionamento Rotativo na área central	Média				Bairro Centro		Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEINFRA	— Implantar estacionamento rotativo em um ano	— Número de vagas no sistema rotativo
	A10.2.4 Realizar a manutenção e requalificação da sinalização vertical e horizontal das vagas de estacionamento	Média				Todo o município		Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEINFRA	— Requalificar a sinalização das vagas em áreas centrais em um ano	— Número de vagas sinalizadas
	A10.2.5 Realizar a redistribuição das vagas de estacionamento na região central da cidade	Média				Bairro Centro		Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEINFRA	— Ampliar o número de vagas disponíveis na região central	— Número de vagas na região central
E10.3 Mitigar os conflitos viários existentes entre o Porto de Cabedelo e o sistema viário urbano, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal	A10.3.1 Monitorar a implantação de estacionamento de caminhões e veículos de grande porte e área de descanso para caminhoneiros	Alta				Bairro Recanto do Poço		Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — Companhia Docas	— Reduzir o número de caminhões e veículos de grande porte estacionados em vias urbanas	— Número de estacionamentos de descanso implantados
	A10.3.2 Implementar balizadores retráteis ou removíveis em locais restritos em relação ao tráfego regular de caminhões	Média				Todo o município		Recursos próprios	Principal: — SEMOB	— Reduzir o número de caminhões e veículos de grande porte estacionados em vias urbanas	— Número de balizadores implantados por ano

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 11 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 11)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D11 DIRETRIZ 11 — Aumentar a atratividade do transporte público coletivo no município e sua utilização pela população											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E11.1 Melhorar a infraestrutura relativa ao Transporte de Ônibus Coletivo no município	A11.1.1 Garantir a qualidade das paradas de ônibus, com realização de reparos e melhorias nos pontos necessários, e implantação de novos abrigos	Alta				Todo o município	R\$ 25.000,00 / unidade	— Recursos próprios — Governo Estadual — Empresas de ônibus	Principal: — SEMOB Parceiros: — DER/PB — Consórcio Metropolitano	— 100% dos pontos de ônibus em boas condições em até 5 anos	— Número de pontos de ônibus qualificados por ano — % de pontos de ônibus em boas condições
	A11.1.2 Acompanhar a implantação dos abrigos de ônibus no projeto de triplicação da BR-230		Alta				BR-230	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — DNIT	— Acompanhamento realizado até a conclusão da obra
E11.2 Elaborar e implantar um Plano de Transporte Coletivo Urbano Municipal Integrado, conforme proposto no Plano de Mobilidade Urbana do município	A11.2.1 Elaborar estudo para a implantação de terminal de ônibus em local adequado para a permanência dos veículos	Alta				Todo o município	R\$ 150.000,00 ²⁴	Recursos próprios	Principal: — SEMOB	— Estudo elaborado em até 6 anos	— Estudo elaborado (sim/não)
	A11.2.2 Avaliar ampliação no número de linhas para melhor cobertura do município, com a criação de mais linhas de ônibus para atender os bairros que se encontram fora da rota da BR-230 ²⁵										
	A11.2.3 Planejar a integração do transporte coletivo por ônibus com outros modos (ferroviário, ciclovitário, aquaviário)										
	A11.2.4 Estudar a viabilidade de um programa de subsídio tarifário a partir da capacidade de investimento da Prefeitura Municipal										

Fonte: URBTEC™ (2023).

²⁴ Conforme Plano de Mobilidade Urbana.

²⁵ Conforme os resultados obtidos nos Fóruns Comunitários para revisão deste PDM, foi solicitado pela população a disponibilização de linhas de ônibus noturnas.

Quadro 12 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 12)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D12 DIRETRIZ 12 — Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E12.1 Implementar um sistema de ciclovias e/ou ciclofaixas com maior abrangência municipal. ²⁶	A12.1.1 Promover a interligação do sistema cicloviário existente, junto aos novos trechos de ciclovia a serem implantados no Projeto Orla e nas obras da BR-230	Alta				Todo o município	R\$ 2.000.000	— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEINFRA	— Novos trechos de ciclovia implantados em 1 ano	— Quilômetros implantados de ciclovia
	A12.1.2 Realizar projeto de sistema cicloviário que integre o maior número de bairros possível do município	Alta				Todo o município		— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal	Principal: — SEMOB Parceiros: — SEINFRA — SEPLAH	— 5 km de ciclovias construídas por ano	— Quilômetros implantados de ciclovia
	A12.1.3 Realizar obras nas ciclovias pré-existentes do município em necessidade de reforma/revitalização	Média				Todo o município		— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal	Principal: — SEINFRA	— Malha cicloviária existente revitalizada em até 3 anos	— Quilômetros de ciclovias revitalizadas
	A12.1.4 Mapear os trechos componentes do sistema cicloviário existente e disponibilizar tal informação para a população	Média				Todo o município		— Recursos próprios — Governo Estadual — Governo Federal	Principal: — SEMOB Parceiros: — SECOM	— Trechos mapeados e disponibilizados para consulta em até 1 ano	— % de trechos mapeados
	A12.1.5 Criar rotas cicloturísticas que utilizem totens explicativos sinalizando o sistema cicloviário e os possíveis pontos de visitação	Média				Todo o município	R\$ 60.000 ²⁷	Recursos próprios	Principal: — SETUR Parceiros: — SEMOB — SECOM	— Consolidar rotas cicloturísticas em até 8 anos	— Número de totens instalados por ano

²⁶ Em concordância com a ação A1.2.2: “Garantir a estruturação da uma rede cicloviária iniciais já previstas em projetos em andamento (Triplificação BR-230 e Projeto Orla) de forma a fortalecer as centralidades intermediárias propostas e constituir uma rede policêntrica intramunicipal.”

²⁷ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a execução sinalização turística da cidade.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D12 DIRETRIZ 12 — Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI- DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E12.2 Melhorar a segurança dos ciclistas no município	A12.2.1 Criar material de divulgação sobre a educação no trânsito envolvendo a bicicleta, a ser disponibilizado em escolas e outros equipamentos públicos	Média				Todo o município	Técnicos-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMOB Parceiros: — SECOM	— 1 campanha realizada por ano	— Número de campanhas realizadas por ano
	A12.2.2 Melhorar a sinalização horizontal e vertical para delimitação das estruturas cicloviárias	Média				Todo o município	R\$ 17.000,00	Recursos próprios	Principal: — SEMOB	— 100% das estruturas cicloviárias com sinalização melhorada em até 6 anos	— % de infraestrutura cicloviária com sinalização melhorada
E12.3 Implantação de estruturas de suporte ao sistema cicloviário.	A12.3.1 Implantar paraciclos em, pelo menos, um terço das paradas de ônibus do município	Média				Todo o município	R\$ 2.000,00/unidade	Recursos próprios	Principal: — SEMOB	— Um terço de paraciclos implantados em até 5 anos	— % de paraciclos instalados por paradas de ônibus
	A12.3.2 Construir bicicletários em mais regiões estratégicas da cidade, principalmente em polos geradores de viagens	Alta				Todo o município	A depender de projeto específico	Recursos próprios	Principal: — SEMOB	— 1 bicicletário implantado em até 5 anos	— Número de bicicletários instalados por ano

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 13 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 13)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D13 DIRETRIZ 13 — Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI- DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E13.1 Implantar sinalização viária horizontal e vertical mais efetiva no município	A13.1.1 Realizar diagnóstico e mapeamento da sinalização horizontal e vertical da cidade, com substituição e implantação de nova sinalização em locais defasados	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMOB	— Diagnóstico e mapeamento da sinalização realizado em até 6 anos — Nova sinalização implantada em até 8 anos	— Quilômetros implantados de ciclovia
	A13.1.2 Implementar programa de poda da vegetação urbana a fim de evitar casos de obstrução da sinalização viária, conforme previsto no Plano de Mobilidade Urbana municipal	Média				Todo o município	R\$ 18.000 por área podada	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM	— Programa implementado em até 3 anos	— Quilômetros implantados de ciclovia
	A13.1.3 Estabelecer medidas de moderação de tráfego em locais com maior número de ocorrência de acidentes, conforme previsto no Plano de Mobilidade Urbana Municipal	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEMOB	— Estratégias de moderação de tráfego implantadas em até 5 anos	— Quilômetros de ciclovias revitalizadas
	A13.1.4 Aumentar o quadro técnico para manutenção de todo sistema de sinalização vertical e horizontal	Média				Todo o município	R\$ 125.000 ²⁸	Recursos Próprios	Principal: — SEINFRA	— 100% do município com vias sinalizadas	— Número de totens instalados por ano

²⁸ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a contratação por tempo determinado para a Secretaria de Infraestrutura.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D13 DIRETRIZ 13 — Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI- DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E13.2 Melhorar as condições de segurança e acessibilidade dos passeios públicos e das travessias de pedestres	A13.2.1 Garantir a existência de uma iluminação pública com eficiência ambiental e energética que forneça segurança aos pedestres, com monitoramento constante de lâmpadas queimadas a serem trocadas	Média				Todo o município	R\$ 1.800.000 ²⁹	Recursos Próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEMOB	— 100% das vias municipais com iluminação pública	— Número de campanhas realizadas por ano
	A13.2.2 Realizar programa para correção e instalação de rampas e pisos táteis que estiverem fora dos padrões NBR9050, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal	Média				Todo o município	R\$ 760,00/m	Recursos Próprios	Principal: — SEINFRA Parceiros: — SEMOB	— 100% das vias municipais com iluminação pública	— Diagnóstico e mapeamento realizado (sim/não) — % de vias com nova sinalização implantada
	A13.2.3 Elaborar projeto que estabeleça rotas acessíveis e em lugares de maior circulação do município, implantando sinalização sonora junto aos semáforos, bem como piso tátil e travessias elevadas	Alta				Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos Próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMOB — SPCD	— Projeto elaborado em até 8 anos — Adequação das rotas realizada em até 10 anos	— Implementação do programa — Redução do número de colisões e acidentes
	A13.2.4 Elaborar estudos que criem alternativas para a transposição dos pedestres na BR-230 por passarelas, verificando outras formas mais convidativas para o pedestre	Alta				BR-230	Técnico-administrativos	Recursos Próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMOB — DNIT	— Estudos elaborados em até 6 anos	— % de vias com estratégias de moderação implantadas
	A13.2.5 Acompanhar execução de passarelas em pontos estratégicos que auxiliem a transposição segura da BR-230 pelos pedestres (em andamento)	Alta				BR-230	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH (monitoramento) Parceiros: — SEMOB — DNIT	— Passarelas executada em até 3 anos	— Extensão de vias devidamente sinalizadas

²⁹ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
D13 DIRETRIZ 13 — Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORI- DADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E13.3 Promover a regularização de calçadas e vias existentes	A13.3.1 Realizar e executar projetos de expansão de calçadas em áreas identificadas como regiões de grande fluxo de automóveis e pedestres e que possuam pouco espaço de circulação	Alta				Todo o município	R\$ 760,00/m	Recursos Próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMOB — SEINFRA	— 1 projeto de expansão de calçadas elaborado e executado por ano — 100% das áreas identificadas com projeto executado em até 8 anos	— Extensão de vias com iluminação pública
	A13.3.2 Desenvolver um Plano Emergencial de Calçadas para a manutenção corretiva das vias públicas com necessidade de reparo	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMOB — SEINFRA	— Plano desenvolvido em até 5 anos	— Extensão de vias com iluminação pública
E13.4 Criar material que estabeleça um padrão para a correta implantação e manutenção de calçadas no município, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal	A13.4.1 Elaborar um Manual de calçadas que estabeleça os padrões necessários para a regularização e implementação de calçadas em Cabedelo	Alta				Todo o município	R\$ 18.000 por área podada	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEMOB — SEINFRA	— Manual elaborado em até 2 anos	— Projeto elaborado (sim/não) — % de rotas acessíveis adequadas
	A13.4.2 Criar campanhas de conscientização e fiscalização sobre as práticas instituídas no Manual de Calçadas	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SECOS — SECOM	— 1 campanha realizada por ano	— Estudos elaborados (sim/não)

Fonte: URBTEC™ (2023).

2.2. Aspectos Ambientais

Quadro 14 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 14)

ASPECTOS AMBIENTAIS											
D14 DIRETRIZ 14 — Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E14.1 Executar ações para remoção de usos e atividades nocivas ao meio ambiente nas áreas com restrição ambiental	A14.1.1 Identificar e mapear áreas com restrição ambiental e de atividades nocivas	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOS	— Áreas mapeadas em até 3 anos	— % do território do município mapeado
	A14.1.2 Levantar e monitorar as ocupações em área de risco ³⁰	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOS — SEMDEC	— Áreas mapeadas em até 2 anos — 1 relatório de monitoramento produzido por semestre	— % do território do município mapeado — Número de relatórios de monitoramento produzidos por ano
	A14.1.3 Arrecadar recursos financeiros para a execução dos planos de realocação	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEPLAH	— Recursos arrecadados em 3 anos	— % necessária arrecadada (montante arrecadado / total necessário para as realocações)
	A14.1.4 Criar planos para a recuperação de áreas degradadas pela atividade antrópica	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM	— Planos elaborados e executados em até 8 anos	— Planos criados por ano — % de área recuperada (área recuperada / área total que requer recuperação)

³⁰ Articulada com as Estratégias E4.1: “Fortalecer a capacidade institucional local para responder às demandas de habitação social” e E4.2: “Responder de forma emergencial as demandas mais prementes de habitação social de Cabedelo”.

ASPECTOS AMBIENTAIS											
D14 DIRETRIZ 14 — Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E14.2 Mapear e monitorar as áreas ambientalmente frágeis considerando a aptidão do solo local	A14.2.1 Mapear e classificar todos os rios, córregos e lagos no Município de Cabedelo	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM	— Corpos hídricos mapeados em até 2 anos	— % do território do município mapeado
	A14.2.2 Instituir um sistema de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos no Município de Cabedelo (em andamento)	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SEPA — SUDEMA — IBAMA	— Sistema instituído em até 2 anos — 1 relatório de qualidade da água produzido por mês	— Sistema de monitoramento em funcionamento (sim/não) — Número de relatórios produzidos por semestre
	A14.2.3 Realizar campanhas de usos consciente da água e despoluição dos rios no Município de Cabedelo	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOM — SEPA — SUDEMA — IBAMA	— 1 campanha realizada por semestre	— Número de campanhas realizadas por ano
E14.3 Elaborar o Plano Municipal de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PMGRH)	A14.3.1 Criar políticas e diretrizes orientadas à proteção das águas em sua jurisdição	Alta				Todo o município	R\$ 300.000	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOS	— Elaboração do PMGRH concluído em 5 anos — 100% das ocupações em áreas de APP identificadas em até 3 anos	— % do PMGRH concluído — % da área do município mapeado
	A14.3.2 Identificar conflitos de uso existentes ou potenciais	Alta				Todo o município		Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOS		
	A14.3.3 Identificar o grau de ocupação das Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas	Alta				Todo o município		Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOS		

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 15 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 15)

ASPECTOS AMBIENTAIS											
D15 DIRETRIZ 15 — Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E15.1 Proteger e valorizar os remanescentes de vegetação do município	A15.1.1 Criar praças e bosques com espaços para atividades físicas e lazer	Alta				Todo o município	R\$ 2.600.000	— Recursos Próprios — Incentivos governamentais	Principal: — SEMAM Parceiros: — SEPLAH — SEJUL	— 12m² de área verde por habitante atingidos em praças e parques acessíveis ³¹	— Número de praças e bosques criados — Índice de área verde por habitante
	A15.1.2 Desenvolver programas de reflorestamento no município	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos Próprios — Incentivos governamentais	Principal: — SEMAM	— Programas elaborados e executados em até 10 anos	— Programas executados por ano — % de área reflorestada (área recuperada/área total que requer recuperação)
	A15.1.3 Elaborar Plano de Arborização Urbana e definir a arborização como elemento básico de projetos de passeios públicos	Alta				Todo o município	R\$ 25.000 ³²	— Recursos Próprios — Incentivos governamentais	Principal: — SEMAM	— Plano elaborado em até 5 anos — Arborização definida como elemento básico de projetos de passeios em até 3 anos	— Plano elaborado (sim/não) — % de projetos de passeios públicos com arborização

³¹ Índice mínimo definido pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

³² Com base no Orçamento-Programa de 2023 para investimentos na execução de paisagismo e arborização urbana.

ASPECTOS AMBIENTAIS
D15 DIRETRIZ 15 — Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal

ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E15.2 Incentivar a preservação do meio ambiente, da biodiversidade e dos recursos hídricos	A15.2.1 Fomentar programas com os incentivos ao pagamento pelos serviços ambientais de acordo com a Lei Federal nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SEFIN — SEREC	— Programas de pagamento por serviços ambientais implementados em até 2 anos	— Programas implementados (sim/não)
	A15.2.2 Desenvolver programas de conscientização ambiental sobre a importância das UCs e APPs	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOM — SEPA — SUDEMA — ICMBio	— 1 campanha realizada por ano	— Número de campanhas realizadas por ano
E15.3 Realizar a gestão do uso e ocupação e dos impactos ambientais às áreas de manguezais no município de Cabedelo	A15.3.1 Mapear as áreas de manguezais, bem como área degradadas pela atividade antrópica	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SEPLAH — SECOS	— Áreas mapeadas em até 3 anos	— % do território do município mapeado
	A15.3.2 Criar programas e campanhas de conscientização da conservação dos manguezais	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SECOM — SEPA — SUDEMA — ICMBio	— 1 campanha realizada por ano	— Número de campanhas realizadas por ano
	A15.3.3 Implementar um sistema de monitoramento da qualidade dos manguezais no Município de Cabedelo	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEMAM Parceiros: — SEPA — SUDEMA — IBAMA	— Sistema instituído em até 5 anos — 1 relatório de qualidade da água produzido por mês	— Sistema de monitoramento em funcionamento (sim/não) — Número de relatórios produzidos por semestre

Fonte: URBTEC™ (2023).

2.3. Aspectos Socioeconômicos

Quadro 16 – Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioeconômicos (Diretriz 16)

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS											
D16 DIRETRIZ 16 — Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma a ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E16.1 Monitorar obras de complementação da infraestrutura logística na escala regional e municipal	A16.1.1 Acompanhar o projeto de construção da ponte Cabedelo-Lucena sobre o Rio Paraíba, conforme prevista no Programa Estadual de Parceria Público-Privada (2020/2021) (Decreto Estadual nº 40.979/2021)	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SECOS — SEMOB	— Acompanhamento do projeto e execução realizado até a conclusão da ponte	— Construção da Ponte sobre o Rio Paraíba: Cabedelo/Lucena concluída (sim/não)
	A16.1.2 Acompanhar as ações que compõem o Plano de Ações do Complexo Portuário de Cabedelo segundo especificadas pelo Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo (MTPA, 2018)		Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SEPLAH Parceiros: — SEDEP — SECOS — SEPA	— Acompanhamento da Implementação do Plano de Ações do Complexo Portuário realizado continuamente
E16.2 Estimular a diversificação e o aumento do grau de endogenia das atividades econômicas	A16.2.1 Implementar e estimular a adesão de empreendimentos econômicos no Programa Desenvolver Cabedelo (Lei Municipal nº 2.231/2022), cujas atividades necessitem de suporte financeiro, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento	Alta					Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios, inclusive recursos do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios (Lei Municipal nº 2.231/2022)	— Ampliar o número de empreendimentos econômicos beneficiados pelo Programa Desenvolver Cabedelo	— Número de empreendimentos econômicos beneficiados pelo Programa Desenvolver Cabedelo

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS
D16 DIRETRIZ 16 — Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma a ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local

ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E16.3 Fortalecer o Ecossistema Municipal de Inovação ³³	A16.3.1 Mapear os atores locais do Ecossistema Municipal de Inovação segundo o modelo da quádrupla hélice: governo, empresa, ICT e organizações da sociedade civil	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECTIN Parceiros: — SEDEP	— Mapa dos Atores Locais do Ecossistema Municipal de Inovação elaborado em até 3 anos	— Mapa elaborado (sim/não)
	A16.3.2 Consolidar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTIN), recém-criada pela Lei nº 2.198/2022, como instituição gestora do Ecossistema Municipal de Inovação	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECTIN	— SECTIM consolidada como instituição gestora do Ecossistema Municipal de Inovação em até 4 anos	— Secretaria consolidada e gerindo o Ecossistema Municipal de Inovação (sim/não)
	A16.3.3 Estabelecer a Estratégia e a Política Municipal da Ciência, Tecnologia e Inovação	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECTIN	— Estratégia e a Política estabelecidas em até 3 anos	— Estratégia estabelecida (sim/não) — Lei específica aprovada na Câmara Municipal (sim/não)
	A16.3.4 Criar a Lei Municipal de Inovação tendo por referência a Lei Estadual nº 12.191/2022 que instituiu o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Paraíba	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SECTIN Parceiros: — SEDEP — Câmara de Vereadores	— Lei de Inovação aprovada em até 6 anos	— Número de comissões, estudos e debates entre a Câmara Municipal e a Prefeitura
	A16.3.5 Operar os instrumentos de apoio a serem previstos na Lei Municipal de Inovação, tendo por referências a Estratégia e a Política Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação ³⁴	Alta				Todo o município	Dispêndios em P&D correspondentes 0,8% das receitas totais do município, equivalente ao percentual observado para o estado da Paraíba ³⁵	— Recursos próprios — Governo Estadual — FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba — Instituições do Governo Federal (CNPq e Finep)	Principal: — SECTIN	— Dispêndios em P&D correspondentes 0,8% das receitas totais do município em até 7 anos	— Valor dos dispêndios em CT&I por parte da Prefeitura Municipal

³³ Segundo o Decreto Federal nº 9.283/2018 que regulamenta a Lei Federal nº 10.973/2004 (Lei de Inovação), ecossistemas de inovação se referem a espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais; e atraem empreendedores e recursos financeiros, de forma a se constituírem como lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento.

³⁴ A exemplo dos seguintes: subvenção econômica; bônus tecnológico; encomenda tecnológica; incentivos fiscais; concessão de bolsas; uso do poder de compra do Estado; e previsão de investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais. Esses instrumentos estão estabelecidos no Art. 30 da Lei Estadual nº 12.191/2022.

³⁵ Fonte: Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, MCTI.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

D16 DIRETRIZ 16 — Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma a ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local

ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
E16.4 Promover as atividades turísticas do município	A16.4.1 Articular as iniciativas da Prefeitura Municipal, dos Governos Federal e Estadual e do setor privado visando o desenvolvimento das atividades turísticas locais	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SETUR Parceiros: — SEDEP — Ministério do Turismo — Embratur — Secretaria Estadual de Turismo e Desenvolvimento Econômico — Atores privados locais do Ecosistema Municipal do Turismo	— Fortalecimento do Ecosistema Municipal do Turismo	— Número de iniciativas realizadas
	A16.4.2 Elaborar um Plano Municipal de Turismo no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba ³⁶	Alta				Todo o município	R\$ 100 mil (contratação de consultoria especializada)	Recursos próprios	Principal: — SETUR Parceiros: — SEDEP	— Plano Municipal de Turismo elaborado em até 3 anos	— % do processo para elaboração do Plano Municipal de Turismo concluídos — Plano Municipal de Turismo elaborado (sim/não)
	A16.4.3 Estruturar o município de Cabedelo como um Destino Turístico Inteligente - DTI ³⁷	Alta				Todo o município	R\$ 150 mil (contratação de consultoria especializada)	— Recursos próprios — Ministério do Turismo — SEBRAE — BID ³⁸	Principal: — SETUR Parceiros: — SEDEP	— Município de Cabedelo estruturado como Destino Turístico Inteligente – DTI em até 5 anos	— Número de estratégias aplicadas para a qualificação do turismo de Cabedelo como DTI por ano
	A16.4.4 Estabelecer boas práticas de Turismo Inteligente: acessibilidade (para todos; de informações; e de mobilidade); sustentabilidade; digitalização; e herança cultural e criatividade	Alta				Todo o município	A ser definido pela Ação A16.4.3.	— Recursos próprios — Ministério do Turismo — SEBRAE — BID ³⁹	Principal: — SETUR	— Município de Cabedelo com boas práticas de Turístico Inteligente – DTI em até 7 anos	— Número de reuniões e debates na Secretaria de Turismo

³⁶ O Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba visa orientar o desenvolvimento descentralizado da atividade turística, a partir da interiorização das ações e investimentos definidos e priorizados numa carteira de projetos estratégicos, com inclusão das comunidades produtivas, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população paraibana.

³⁷ O Ministério do Turismo considera do DTI aquele destino turístico que gerencia seus processos e seu território de forma inovadora e sustentável, estando comprometido com pilares que impactem positivamente tanto a qualidade de vida dos moradores, quanto a experiência dos turistas (BRASIL, 2022).

³⁸ Fonte: Programa Turismo Futuro Brasil (SEBRAE / BID) e MTUR (Destinos Turísticos).

³⁹ Fonte: Programa Turismo Futuro Brasil (SEBRAE / BID) e MTUR (Destinos Turísticos).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS
D16 DIRETRIZ 16 — Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma a ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local

ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A16.4.5 Desenvolver e implantar o mapeamento / aplicativo (app) “Conheça Cabedelo e seus Atrativos Turísticos”, de forma promover, fomentar e divulgar atrativos, rotas do turismo local e regional e calendário de eventos no município e região	Alta				Todo o município	R\$ 85.000 (contratação de consultoria especializada)	Recursos próprios	Principal: — SETUR	— Aplicativo “Conheça Cabedelo e seus Atrativos Turísticos” desenvolvido e em uso em até 5 anos	— Reuniões com a consultora especializada e entrega do aplicativo
	A16.4.6 Promover atrativos turísticos relacionados às manifestações de economia criativa (p. ex., artesanato e gastronomia)	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SETUR	— Consolidação de um circuito de turismo vinculado à economia criativa no município	— Reuniões e debates da Secretaria de Turismo sobre o tema
	A16.4.7 Promover parcerias visando a realização de eventos de importância para as atividades turísticas locais	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SETUR	— Ampliação do número de eventos realizados por ano	— Número de parcerias realizadas
	A16.4.8 Melhorar as condições da infraestrutura turística, entendida como o conjunto de instalações físicas e de fornecimento de bens e serviços do município destinado ao atendimento de turistas	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Governo Estadual	Principal: — SETUR Parceiros: — SEPLAH — SEMOB — SEINFRA	— 100% das instalações físicas e de fornecimento de bens e serviços do município destinado ao atendimento de turistas melhoradas	— Número de instalações físicas e de fornecimento de bens e serviços melhoradas
	A16.4.9 Estruturar ou revitalizar centros de comercialização de produtos associados ao turismo	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Governo Estadual	Principal: — SETUR Parceiros: — SEPLAH	— 100% dos centros de comercialização de produtos associados ao turismo revitalizados	— Centros de comercialização de produtos revitalizados
	A16.4.10 Estimular e apoiar o setor privado no fortalecimento da identidade do município, incentivando a exposição da marca cabedelense	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: — SETUR	— Difusão da exposição da marca cabedelense associada ao Turismo nas escalas estadual, federal e internacional	— Pesquisa sobre a Percepção do Turismo em Cabedelo

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS
D16 DIRETRIZ 16 — Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma a ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local

ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO			LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
			C	M	L						
	A16.4.11 Criar cursos preparatórios para a formação e a capacitação profissional, visando atender ao desenvolvimento da atividade turística do Município, por meio de parcerias com Instituições de pesquisa e o setor produtivo	Alta				Todo o município	Custo unitário: R\$ 180.000 (R\$ 3.600,00 por CNPJ, 50 CPF por turma e 96 horas)	— Recursos próprios — Recursos privados e de instituições parceiras, como o SEBRAE	Principal: — SETUR	— Formação e a capacitação profissional de 100% dos profissionais do setor de turismo	— Número de profissionais do setor de turismo formados e capacitados
	A16.4.12 Operar o Fundo Municipal de Turismo segundo as finalidades previstas no Art. 1º da Lei Municipal nº 2.164/2021	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	Fundo Municipal de Turismo	Principal: — SETUR	— Empenhar 100% dos recursos do Fundo Municipal de Turismo	— Valor dos recursos do Fundo Municipal de Turismo empenhados
	A16.4.13 Estimular e apoiar a criação de novos atrativos turísticos, priorizando aqueles com maior potencial de geração de emprego e renda e voltados para o turismo sustentável	Média				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Governo Estadual	Principal: — SETUR Parceiros: — SEPLAH — SEMAM — SEPA	— Criação de novos atrativos turísticos	— Número de atrativos turísticos criados
	A16.4.14 Criar formas de incentivo para o fortalecimento da rede hoteleira no município	Alta				Todo o município	Técnico-administrativo	— Recursos próprios — Governo Estadual	Principal: — SETUR	— Fortalecimento da rede hoteleira no município	— Número de meios de hospedagem incentivados — Valor dos incentivos concedidos aos meios de hospedagem

Fonte: URBTEC™ (2023).